

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial
e OUTROS**

06 de julho de 2020

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial (“Alto Sertão”) (deve também ser signatária do plano na parte relativa à Fase A do projeto), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.296.360/0001-52, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial** (“Diamantina”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.408.723/0001-02, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE VAQUETA S.A. em recuperação judicial** (“Vaqueta”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.684.356/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ABIL S.A. em recuperação judicial** (“Abil”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.911.031/0001-60, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ACÁCIA S.A. em recuperação judicial** (“Acácia”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.919.425/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANGICO S.A. em recuperação judicial** (“Angico”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.073/0001-08, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE FOLHA DA SERRA S.A. em recuperação judicial** (“Folha de Serra”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.910.740/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JABUTICABA S.A. em recuperação judicial** (“Jabuticaba”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.194/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. em recuperação judicial** (“Jacarandá do Serrado”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.265/0001-06, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TABOQUINHA S.A. em recuperação judicial** (“Taboquinha”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.116/0001-47, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TABUA S.A. em recuperação judicial** (“Tabua”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.007/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE SÃO SALVADOR S.A. em recuperação judicial** (“São Salvador”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.197.380/0001-12, com sede à Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82, Bairro Centro, Igaporã, Estado da Bahia, CEP 46.490-000; **CE PAU D'ÁGUA S.A. em recuperação judicial** (“Pau D'Água”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.513/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MANINEIRO S.A. em recuperação judicial** (“Manineiro”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.162/0001-40, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE UMBUZEIRO S.A. em recuperação judicial** (“Umbuzeiro”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.273/0001-56, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CEDRO S.A. em recuperação judicial** (“Cedro”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.330.840/0001-15, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE VELLOZIA S.A. em recuperação judicial** (“Vellozia”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob

o nº 18.560.475/0001-06, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANGELIM S.A. em recuperação judicial** (“Angelim”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.690/0001-05, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE FACHEIO S.A. em recuperação judicial** (“Facheio”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.559.964/0001-30, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE SABIU S.A. em recuperação judicial** (“Sabiu”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.305.829/0001-03, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE BARBATIMÃO S.A. em recuperação judicial** (“Barbatimão”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.908/0001-21, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JUAZEIRO S.A. em recuperação judicial** (“Juazeiro”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.341/0001-93, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JATAÍ S.A. em recuperação judicial** (“Jataí”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.347/0001-54, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IMBURANA MACHO S.A. em recuperação judicial** (“Imburana Macho”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.538/0001-22, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE AMESCLA S.A. em recuperação judicial** (“Amescla”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.635/0001-15, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; e **CE UNHA D’ANTA S.A. em recuperação judicial** (“Unha D’Anta”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.214/0001-88, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, , doravante denominadas em conjunto “**Recuperandas**” ou “**ASIII**” e, em conjunto com as **Sociedades Consolidadas** (conforme termo definido abaixo), “**Grupo Renova**”, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a “**LFRJ**”) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100, o seguinte plano de recuperação judicial (o “**Plano**”), doravante denominadas em conjunto “**Recuperandas**” ou “**ASIII**” e, em conjunto com as **Sociedades Consolidadas** (conforme termo definido abaixo), “**Grupo Renova**”, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a “**LFRJ**”) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100, o seguinte plano de recuperação judicial (o “**Plano**”).

1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

1.1. Regras de Interpretação

- 1.1.1. **Termos.** Os termos e expressões em negrito e iniciados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no **Plano**, terão os significados que lhes são atribuídos na Cláusula 1.2. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

- 1.1.2. **Cláusulas e Anexos.** Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados no **Plano** referem-se a cláusulas e anexos do próprio **Plano**.
- 1.1.3. **Títulos.** Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste **Plano** foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.
- 1.1.4. **Interpretação.** Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da frase: “mas não se limitando a”.
- 1.1.5. **Referências.** As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.
- 1.1.6. **Disposições Legais.** As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.
- 1.1.7. **Prazos.** Todos os prazos previstos neste **Plano** serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do início e incluindo o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste **Plano** (sejam contados em **Dias Úteis** ou não) cujo termo inicial ou final caia em um dia que não seja um **Dia Útil**, serão automaticamente prorrogados para o **Dia Útil** imediatamente posterior.
- 1.1.8. **Conflito com Contratos Existentes.** Na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição deste **Plano** e as disposições que estabeleçam obrigações para as **Recuperandas** que constem de contratos relacionados a **Créditos Concursais**, o disposto no Plano prevalecerá.
- 1.1.9. **Créditos Extraconcursais.** Nada neste **Plano** deverá ser interpretado ou considerado como causa para a (i) novação de **Créditos Extraconcursais**, ou (ii) alteração, modificação, desconstituição ou renúncia dos direitos, privilégios e prerrogativas de quaisquer **Credores Extraconcursais** com relação aos seus respectivos **Créditos Extraconcursais**, incluindo, sem limitação, sobre quaisquer garantias, reconhecimentos e obrigações prestados ou assumidos, conforme o caso, pelas **Recuperandas** e quaisquer terceiros com relação a tais **Créditos Extraconcursais**. Os **Credores Extraconcursais** poderão aderir ao Plano para manifestar a sua concordância com relação às matérias contidas no Plano que possam afetar os seus direitos e obrigações.

1.2. Definições

- 1.2.1. **Administrador Judicial.** É a 'KPMG Corportate Finance Ltda.', CNPJ n. 29.414.117/0001-01, nomeada em 16/11/2019 como administradora judicial deste processo de Recuperação Judicial.
- 1.2.2. **Assembleia Geral de Credores.** Qualquer Assembleia Geral de Credores realizada nos termos do capítulo II, seção IV, da **LFRJ**.
- 1.2.3. **Banco Emissor:** Significa qualquer uma das seguintes instituições financeiras: Itaú Unibanco S.A., Caixa Econômica federal, Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Safra S.A., Banco Citibank S.A., Banco ABC Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.
- 1.2.4. **CDI.** Taxa dos Certificados de Depósito Interbancários, conforme fixada pelo Banco Central do Brasil e pela B3.
- 1.2.5. **Credores CGII.** Significa, individualmente ou coletivamente, as **Partes Relacionadas** Ricardo Lopes Delneri inscrito no CPF/ME sob o número 157.602.498-94 e Renato do Amaral Figueiredo inscrito no CPF/ME sob o número 146.623.258-70 e o CG II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 27.735.592/0001-46.
- 1.2.6. **CEMIG.** Significa, em conjunto, a **Parte Relacionada** Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações, de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, a **Parte Relacionada** CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, sociedade por ações, de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58, bem como as demais subsidiárias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
- 1.2.7. **Código Civil.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
- 1.2.8. **Código de Processo Civil.** Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.
- 1.2.9. **Créditos.** Todos os créditos e direitos detidos pelos **Credores** contra as **Recuperandas**.
- 1.2.10. **Créditos Concursais.** Cada um dos **Créditos** e obrigações das Recuperandas existentes na **Data do Pedido**, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, estejam ou não constantes da **Lista de Credores**, tenham ou não participado da **Assembleia Geral de Credores**, e que (i) não estejam excetuados pelo art. 49, §§3º e 4º, e art. 194, ambos da **LFRJ**;

e/ou (ii) não terem fato gerador posterior à **Data do Pedido**. Os **Créditos Concursais** se sujeitam aos efeitos da **Recuperação Judicial** e, em razão disso, são passíveis de serem novados pelo **Plano**.

- 1.2.11. **Créditos Extraconcursais**. Cada um dos **Créditos** e obrigações que não se sujeitam aos efeitos da **Recuperação Judicial** e que não são, em razão disso, afetados pelo **Plano**, por força do disposto no art. 49, caput e §§3º e 4º, e art. 194, ambos da **LFRJ**.
- 1.2.12. **Créditos com Garantia Real**. **Créditos Concursais** detidos por **Credores com Garantia Real**.
- 1.2.13. **Créditos ME/EPP**. **Créditos Concursais** detidos pelos **Credores ME/EPP**.
- 1.2.14. **Créditos Partes Relacionadas**. **Créditos** contra as **Recuperandas**, detidos por **Partes Relacionadas** às **Recuperandas**.
- 1.2.15. **Créditos Quirografários**. **Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Quirografários**.
- 1.2.16. **Créditos Trabalhistas**. **Créditos Concursais** detidos pelos **Credores Trabalhistas**.
- 1.2.17. **Credores**. Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos**, estejam ou não relacionadas na **Lista de Credores**.
- 1.2.18. **Credores Concursais**. Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Concursais**.
- 1.2.19. **Credores Essenciais Fundiários**. Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Quirografários** ou de **Créditos ME/EPP** que figurem como arrendatários em contratos de arrendamento imobiliário que sejam considerados pelo **Grupo Renova** como sendo essenciais ao desempenho de suas atividades, especialmente para os projetos em implantação ou em desenvolvimento, cujos contratos sejam mantidos em vigor.
- 1.2.20. **Credores Investidores DIP**. **Credor** ou **Credores** que realizarem com as **Recuperandas** um **Empréstimo DIP**.
- 1.2.21. **Credores Extraconcursais**. Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de **Créditos Extraconcursais**.
- 1.2.22. **Credores com Garantia Real**. **Credores Concursais** detentores de créditos com garantia real, tal como consta dos arts. 41, II, da **LFRJ**, e que compõem a Classe II.

- 1.2.23. **Credores ME/EPP. Credores Concursais** enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, tal como consta do artigo 41, IV, da **LFRJ**, e que compõem a Classe IV.
- 1.2.24. **Credores Quirografários. Credores Concursais** detentores de **Créditos Quirografários**, tal como consta dos arts. 41, III, da **LFRJ**, bem como **Credores com Garantia Real** ou **Credores Extraconcursais** cujos **Créditos** não sejam integralmente cobertos pelo valor das respectivas garantias reais ou fiduciárias, até o limite do valor não coberto pela respectiva garantia.
- 1.2.25. **Credores Retardatários. Credores** cujos **Créditos Concursais** somente venham a ser reconhecidos por meio de decisão determinando sua inclusão na **Lista de Credores**, após a **Assembleia de Credores** que deliberar acerca da aprovação deste **Plano**.
- 1.2.26. **Credores Trabalhistas. Credores Concursais** detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, I, da **LFRJ**, e que compõem a Classe I.
- 1.2.27. **Data de Homologação.** É a data em que for publicada a decisão judicial pelo **Juízo da Recuperação** que homologa o **Plano** e concede a recuperação judicial, nos termos do artigo 58, caput, e/ou §1º da **LFRJ**.
- 1.2.28. **Data do Pedido.** 16/10/2019, data em que foi protocolado o pedido de recuperação judicial do Grupo **Renova** perante o MM. **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.29. **Dia Útil.** Qualquer dia que não seja (i) um sábado, (ii) um domingo, (iii) um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) um dia em que o Fórum Judicial onde se processa a **Recuperação Judicial** esteja fechado em função de recesso ou feriado forense.
- 1.2.30. Empréstimo **DIP**. Qualquer operação de mútuo realizada em benefício das **Recuperandas**, no contexto da **Recuperação Judicial** e após a **Data do Pedido**.
- 1.2.31. **Engenheiro de Acompanhamento.** Significa o profissional de engenharia, idôneo e de reputação ilibada, que será contratado pelo **Grupo Renova**, às suas expensas, para acompanhar a evolução das obras relativas ao **ASIII** e reportá-las periodicamente aos **Credores**.
- 1.2.32. **Grupo Renova.** Em conjunto, as **Recuperandas** e as Sociedades Consolidadas.
- 1.2.33. **Homologação Judicial do Plano.** A decisão judicial, proferida pelo **Juízo da Recuperação** ou pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro que

seja competente, que concede a recuperação judicial às **Recuperandas**, nos termos do art. 58, caput, ou do art. 58, §1º, da **LFRJ**. Para todos os efeitos deste **Plano**, considera-se que a **Homologação Judicial do Plano** ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), da decisão judicial que conceder a recuperação judicial às **Recuperandas**.

- 1.2.34. **IPCA**. É o Índice de Preços ao Consumidor, coletado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seu site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>.
- 1.2.35. **Juízo da Recuperação**. É o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo – SP.
- 1.2.36. **LFRJ**. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
- 1.2.37. **Lista de Credores**. É a lista de credores apresentada pelas **Recuperandas** anexa à petição inicial do pedido de recuperação judicial, respeitadas e observadas as modificações supervenientes, quanto ao valor, classificação e natureza dos **Créditos**, pelo **Administrador Judicial** ou por decisão proferida pelo **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.38. **Parte Relacionada**. É a pessoa física ou jurídica que possui créditos contra as **Recuperandas** e que, ao mesmo tempo, detém participação societária de forma direta ou indireta em qualquer das **Recuperandas**, nos termos exclusivamente indicados na **Lista de Credores**, conforme apontamentos do **Administrador Judicial**;
- 1.2.39. **Plano**. Este plano de recuperação ajustado, incluindo todos os seus anexos.
- 1.2.40. **Recuperação Judicial**. Este processo de recuperação judicial do **Grupo Renova**, autuado sob o n. 1103257-54.2019.8.26.0100, em trâmite perante o **Juízo da Recuperação**.
- 1.2.41. **Sociedades Consolidadas**. É o grupo de sociedades integrantes do Grupo Renova que não integram a FASE A do Projeto Alto Sertão III, composto por **RENOVA ENERGIA S.A. em recuperação judicial (“Renova Energia”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.534.605/0001-74, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000, **RENOVAPAR S.A. em recuperação judicial (“Renovapar”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.667.090/0001-71, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME

sob o nº 17.204.923/0001-68, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial (“Chipley”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.643.213/0001-34, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE ITAPARICA S.A. em recuperação judicial (“Itaparica”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.050.083/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MACAMBIRA S.A. em recuperação judicial (“Macambira”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.604/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TAMBORIL S.A. em recuperação judicial (“Tamboril”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.618/0001-95, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CARRANCUDO S.A. em recuperação judicial (“Carrancudo”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.119/0001-84, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IPÊ AMARELO S.A. em recuperação judicial (“Ipê Amarelo”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.679.485/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CABEÇA DE FRADE S.A. em recuperação judicial (“Cabeça de Frade”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.257/0001-02, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CANJOÃO S.A. em recuperação judicial (“Canjoão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.454/0001-82, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CONQUISTA S.A. em recuperação judicial (“Conquista”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.972/0001-37, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE COXILHA ALTA S.A. em recuperação judicial (“Coxilha Alta”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.544.421/0001-86, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE BOTUQUARA S.A. em recuperação judicial (“Botuquara”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.048.083/0001-78, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE JEQUITIBA S.A. em recuperação judicial (“Jequitiba”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.412/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TINGUI S.A. em recuperação judicial (“Tingui”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.064/0001-02, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A. em recuperação judicial (“Anísio Teixeira”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.249.997/0001-10, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE**

IMBURANA DE CABÃO S.A. em recuperação judicial (“Imburana de Cabão”), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.245/0001-39, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE EMBIRUÇU S.A. em recuperação judicial (“Embiruçu”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.139/0001-55, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE LENÇÓIS S.A. em recuperação judicial (“Lençóis”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.552.917/0001-00, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE CALIANDRA S.A. em recuperação judicial (“Caliandra”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.361/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ICO S.A., em recuperação judicial (“Ico”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.841/0001-25, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte; **CE ALCAÇUZ S.A. em recuperação judicial (“Alcaçuz”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.393/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE PUTUMUJU S.A. em recuperação judicial (“Putumuju”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.435/0001-62, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CANSANÇÃO S.A. em recuperação judicial (“Cansanção”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.737.877/0001-62, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **BAHIA HOLDING S.A. em recuperação judicial (“Bahia Holding”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.863.676/0001-41, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE BELA VISTA XIV S.A. em recuperação judicial (“Bela Vista”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.281.218/0001-90, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.875.208/0001-57, com sede à Rua 7 de setembro, nº 77, parte, Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46490-000; **RENOVA PCH LTDA. em recuperação judicial (“Renova PCH”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.044.208/0001-91, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 450, 23º andar, salas 2301 e 2302, parte 4, Caminho das Árvores, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-901; **CE ITAPUÃ IV LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã IV”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.507/0001-65, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ V LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã V”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.100/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ VII LTDA. em recuperação judicial (“Itapuã VII”)**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.032/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte,

Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, **CE ITAPUÃ XV LTDA. em recuperação judicial ("Itapuã XV")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.186/0001-07, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ITAPUÃ XX LTDA. em recuperação judicial ("Itapuã XX")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.291/0001-38, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; e **PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA. em recuperação judicial ("Iansã")**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.103.456/0001-01, com sede à Rua 7 de setembro, 77, Bairro Centro, Pindaí, Estado da Bahia, CEP 46360-000

- 1.2.42. **TR.** É a taxa de juros de referência, conforme calculada pelo Banco Central do Brasil, normatizada pela Resolução CMN 3.354, de 2006, alterada pela Resolução CMN 3.446, de 2007, e pela Resolução CMN 3.530, de 2008.
- 1.2.43. **TLP.** Taxa de Juros de Longo Prazo instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.
- 1.2.44. **UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pelo plano de recuperação judicial das **Sociedades Consolidadas**.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Histórico

- 2.1.1. Com mais de 18 (dezoito) anos de existência, o **Grupo Renova** foi uma das primeiras empresas a apostar na atividade de geração de energia elétrica renovável no Brasil, sendo hoje um dos principais grupos empresariais brasileiros dedicados à produção e à comercialização de energia renovável, advinda de matrizes eólicas, solares e hidráulicas. O **Grupo Renova** é composto por 61 (sessenta e uma) sociedades empresárias, em sua maioria dedicadas à produção de energia elétrica derivada de matrizes eólicas.
- 2.1.2. Apesar de a maioria da energia elétrica mundial ainda ser proveniente de fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural, a geração de energia renovável vem crescendo exponencialmente no mundo todo, sendo o Brasil um personagem importantíssimo nessa dinâmica. Hoje, a energia elétrica proveniente de fontes renováveis representa cerca de 24% do total de energia consumida no mundo, enquanto no Brasil esse percentual sobe para

impressionantes 82%¹. A matriz energética brasileira é, portanto, muito mais sustentável do que a matriz energética mundial.

- 2.1.3. Sob esse prisma, o Brasil é destaque mundial quando o assunto é produção de energia renovável e redução de impactos ambientais². Tal fato se deve em grande medida às atividades pioneiras do **Grupo Renova**, um dos mais representativos do segmento na América Latina. Tanto é assim que, desde 2010, a Renova Energia S.A. tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sendo a primeira empresa do setor a abrir capital.

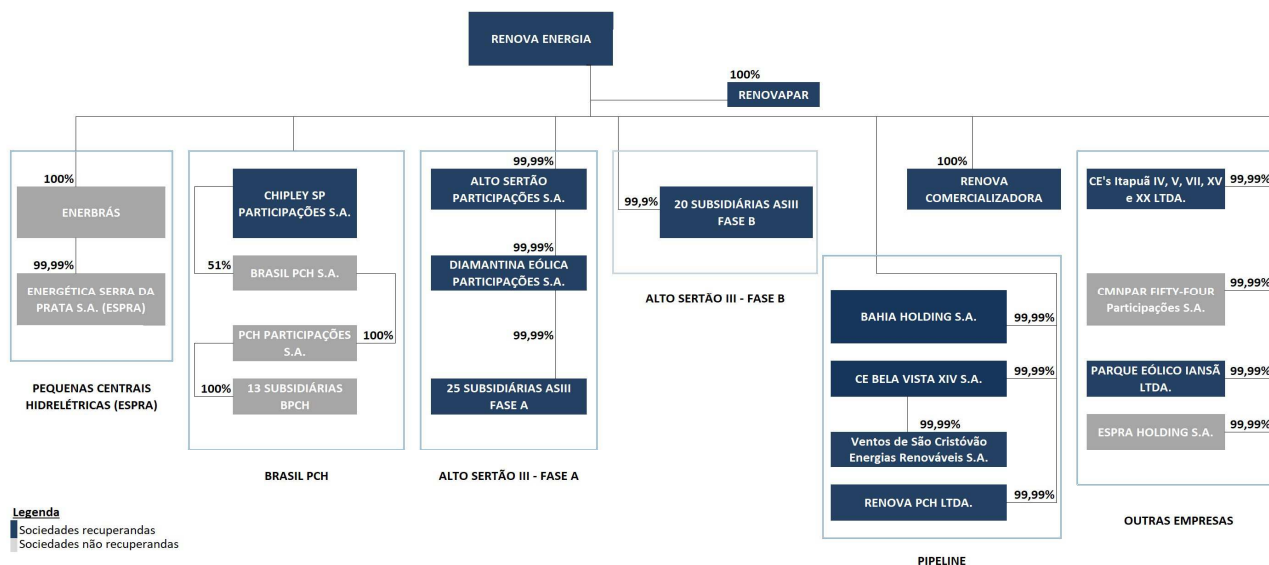
2.2. Estrutura societária e operacional.

- 2.2.1. O **Grupo Renova** hoje exerce atividades de geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”)³ e usinas eólicas (“EOLs”), via regime de autorização por parte do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (art. 25, Lei 9.427/1996). Atualmente, o Grupo opera com 62 (sessenta e duas) outorgas de autorizações para a geração de energia elétrica perante a ANEEL, das quais 16 (dezesesseis) referem-se a PCHs e 46 (quarenta e seis) a usinas eólicas. O organograma simplificado das empresas reflete a forma coordenada de atuação das empresas do grupo:

¹ Fonte: <http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>, ano-base 2016.

² <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2018/03/brasil-renovavel-pais-e-destaque-mundial-em-respeito-ao-meio-ambiente>

³ As Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) são centrais geradoras de energia elétrica de matrizes hidráulicas que possuem reservatórios de até três quilômetros quadrados, e com potência instalada entre 1 MW e 30 MW. Como característica marcantes destas geradoras estão: (i) a produção de impactos ambientais significativamente baixos, pois não há a necessidade de alagamento de grandes áreas, o que preserva a fauna local, além de não haver a emissão de gases poluentes; e (ii) a capacidade de construção com menor vazão, que proporciona a descentralização da geração de eletricidade no Brasil. (Fonte: <https://abrapch.org.br/2014/03/17/o-que-sao-pchs-e-cghs/>)



2.2.2. A receita do **Grupo Renova** será exclusivamente derivada de quatro grandes grupos de projetos: dois que já são operacionais – ENERBRAS (via ESPRA) e CHIPLEY (via Brasil PCH) – e, quando desenvolvidos e implementados, também o **ASIII** e demais projetos em desenvolvimento (*Pipeline*).

2.2.3. O complexo Alto Sertão III, um dos principais projetos do **Grupo Renova** relativo à geração de energia elétrica de matrizes eólicas, subdivide-se nas fases A e B: a fase A (desenvolvida pelas sociedades componentes do **ASIII**) com 25 (vinte e cinco) EOLs em implantação e a fase B com 20 (vinte) EOLs em desenvolvimento avançado, todas organizadas na forma de Sociedades de Propósito Específico – SPEs. Quando finalizado, o **ASIII** prevê a geração de aproximadamente 400MW, ou seja, capacidade suficiente para abastecimento de energia a 420 mil casas durante um ano⁴.

2.2.4. A comercialização de energia elétrica do **Grupo Renova**, por sua vez, é feita por intermédio da sua subsidiária Renova Comercializadora, a qual está autorizada perante a ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica por meio do Despacho nº 537/2013, e que compõe os quadros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“**CCEE**”).

⁴ O projeto, conforme noticiado pela Mídia, é altamente rentável. Tanto é assim que a AES Tietê, há cerca de um ano, chegou a formalizar proposta de aquisição do projeto em seu atual estágio pelo valor de R\$ 1,6 bilhão de real. Nesse sentido: <https://www.valor.com.br/empresas/6012991/aes-tiete-oferece-r-16-bi-por-parque-eolico-da-renova>.

2.2.5. O **Grupo Renova** participa de leilões de energia de reserva (“LERs”) no âmbito da CCEE, que resultam na realização de Contratos de Energia de Reserva (“CERs”)⁵, em Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”)⁶.

2.2.6. Além disso, o **Grupo Renova** também produz e comercializa energia renovável por meio de PPAs⁷, de maneira independente, em Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)⁸.

2.2.7. Hoje, o **Grupo Renova** gera por meio de suas atividades mais de 1000 empregos diretos e indiretos.

2.3. Razões da crise.

2.3.1. Um dos mais importantes projetos do **Grupo Renova** atualmente é o denominado **ASIII**, que envolve a geração de energia elétrica renovável de matrizes eólicas no interior do Estado da Bahia. O projeto foi originalmente dividido em três diferentes complexos eólicos (denominados Alto Sertão I, II e III), sendo que os dois primeiros complexos (Alto Sertão I e II) já foram vendidos.

2.3.2. Os esforços do **Grupo Renova** estão hoje focados em seu principal projeto, o **ASIII**, onde estão as EOLs que, quando operacionais, estarão dedicadas ao atendimento dos PPAs vigentes da Companhia no ACR (LER13, LER14) e ACL (Light I e Cemig I).

2.3.3. Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pelo **Grupo Renova**, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o **ASIII**, que se encontra, atualmente, 85% concluído, especialmente porque os recursos

⁵ A Energia de Reserva é aquela destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN), e é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, através de CERs. A Energia de Reserva atua de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). (Fonte: https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/energia_reserva?).

⁶ O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-regulada-acr->)

⁷ Sigla de *Power Purchase Agreement*, nomenclatura usualmente utilizada ao redor do mundo para fazer referência a contratos de comercialização de energia elétrica renovável a longo prazo entre um desenvolvedor de energia elétrica renovável e um consumidor.

⁸ O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-livre-acl->)

originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas.

- 2.3.4. Nada obstante, diante da estimativa de capacidade de geração do **ASIII**, após concluído, e para viabilizar a obtenção de contratos de financiamento, o **Grupo Renova** havia celebrado PPAs que se mostravam adequados para a sua capacidade geradora.
- 2.3.5. Como consequência do atraso na conclusão do **ASIII**, as SPEs que compõem o referido projeto têm sido obrigadas a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia elétrica por meio da compra no mercado *spot*⁹, honrando assim os compromissos assumidos em tais PPAs. Tal necessidade de compra de energia no mercado *spot* contribuiu definitivamente para o endividamento do **Grupo Renova**, ressaltando-se que, apenas no ano de 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões de reais.
- 2.3.6. Tanto para propiciar a aquisição de energia no mercado *spot* quanto para financiar as tentativas de prosseguimento do **ASIII**, o **Grupo Renova** vinha se socorrendo de captação de recursos por meio de seus próprios acionistas, via antecipação de recursos futuros provenientes de tais PPAs do Mercado Livre. No entanto, apesar de ser o único meio de captação disponível por falta de capacidade de alavancagem e de obtenção de crédito junto ao mercado financeiro, o nível de recursos exigido tem sido proibitivamente alto, o que impede que o **Grupo Renova** e seus acionistas sigam adotando tal modalidade de financiamento.
- 2.3.7. Além disso, em 2018, o preço de venda da energia elétrica renovável de matriz eólica – principal ativo produzido pelo **Grupo Renova** – atingiu o seu menor patamar no Brasil¹⁰. Trata-se, aliás, de tendência mundial, capitaneada também por México, Índia, Marrocos, Estados Unidos da América e Canadá, e que representa um desafio adicional para todos os *players* do mercado de energia renovável.
- 2.3.8. Outra dificuldade enfrentada pelo **Grupo Renova** diz respeito a tentativas frustradas de alienação de seus ativos relevantes. Como é de conhecimento público¹¹, o **Grupo Renova** vem há mais de um ano tentando negociar a venda

⁹ O termo “spot” é comumente utilizado para designar mercados de *commodities*, títulos ou câmbio onde as operações são realizadas à vista e as mercadorias são transferidas de forma imediata, em oposição a mercados nos quais as operações são feitas para pagamento ou liquidação futuras. (Fonte: <https://maisretorno.com/blog/termos/m/mercado-spot>)

¹⁰ Dados obtidos a partir da *Global Wind Energy Council* por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://gwec.net/what-forces-are-shaping-brazils-wind-power-sector/>

¹¹ <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,tres-grupos-disputam-complexo-eolico-da-renova-avaliado->

de alguns de seus projetos mais relevantes, como as Fases A e B do projeto Alto Sertão III, tudo na tentativa de redimensionar suas operações e obter caixa que permita a reestruturação de seu capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, as negociações não vêm sendo bem-sucedidas.

- 2.3.9. O endividamento do **Grupo Renova**, sujeito à **Recuperação Judicial** soma cerca de R\$ 2,5 bilhões totais, sendo R\$ 11,7 milhões no âmbito trabalhista e R\$ 2,5 bilhões para bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequena empresas. Deste total, R\$ 406 milhões correspondem a débitos *intercompany*, e expressivos R\$ 552 milhões a débitos com seus atuais acionistas. Cumpre esclarecer também que o endividamento extraconcursal do **Grupo Renova** é bastante significativo, aproximando-se de R\$ 614 milhões, dos quais R\$ 434 milhões com seus atuais acionistas e R\$ 35 milhões no âmbito fiscal.

3. ATIVOS.

- 3.1. O **Grupo Renova**, por meio de suas participações e subsidiárias, atua em três dos principais ramos da geração de energia: hidrelétrica, eólica e solar.
- 3.2. Por meio do projeto ESPRA, o **Grupo Renova** possui três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) operantes desde 2008 e que formam o Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no extremo sul da Bahia. As três PCHs geram 41,8 MW . Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.

[em-r-700-milhoes,70002587980](#)

CACHOEIRA DA LIXA



Localização Itamaraju/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada 14,8MW

COLINO I



Localização Vereda/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada 11,0MW

COLINO II



Localização Vereda/BA e Jucuruçu/BA



Potência Instalada 16,0MW

- 3.3. O projeto Brasil PCH, empresa da qual o **Grupo Renova** detém 51% de participação, tem 13 PCHs (localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Minas Gerais) que, em conjunto, geram uma energia de 291,0 MW e 194 MW médios de energia assegurada. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.



Jataí



Santa Fé



Carangola



São Joaquim



São Pedro



Irara



Bonfante



Funil



São Simão



Retiro Velho



Monte Serrat



Pumaçari



Calheiros

- 3.4. O **ASIII**, atualmente em implementação e aproximadamente 85% concluído, apresentará 26 parques eólicos (155 turbinas) e 1 parque solar (19.200 PV Painéis Solares), localizados no Estado da Bahia, com capacidades de geração de 432,6 MW e 4,8 MWp, respectivamente.

São 159 MW negociado no 05º LER de 2013, 43,2 MW negociado no 06º LER de 2014 e 231,3 MW negociados no Mercado Livre.



- 3.5. Além dos ativos acima, o **Grupo Renova** é pioneiro no desenvolvimento de projetos inovadores de energia renovável, principalmente eólica. Possui atualmente vários projetos em desenvolvimento (*pipeline*) com localização estratégica. O *pipeline* do **Grupo Renova** é composto por 17 (dezessete) projetos que totalizam 6.494,4 MW além do da fase B do projeto Alto Sertão III, com 408,0 MW, totalizando 6.902,0 MW em desenvolvimento. Dos projetos, destacam-se os projetos Mina de Ouro e o Alto Sertão III Fase B, que estão em estágio avançado de desenvolvimento.

PROJETO			AEROGERADOR		PROJETO	POTÊNCIA *
ID	Nome	UF	Marca / Modelo	Qtde	UF	MW
01	ARPOTI	PE/PB	Vestas 150-4.2MW	135	PE/PB	567,0
02	BARRA	BA	GE 158-4.8MW	136	BA	816,0
03	BELAMADRE	PE	Vestas 150-4.2MW	53	PE	222,6
04	BETANIA	PE/PI	GE 158-4.8MW	94	PE/PI	451,2
05	CACIMBAS	PB	GE 158-4.8MW	69	PB	331,2
06	CHAPECARI	RN	Vestas 150-4.2MW	88	RN	369,6
07	CROARANGA	CE	GE 158-4.8MW	64	CE	307,2
08	FACHEIRO II	RN	GE 158-4.8MW	115	RN	552,0
09	FACHEIRO III	RN	GE 158-4.8MW	53	RN	254,4
10	GRAUNA	BA	GE 158-4.8MW	138	BA	662,4
11	LABOCÓ	RN	GE 158-4.8MW	19	RN	91,2
12	MINA DE OURO EXPANSÃO	BA	GE 158-4.8MW	42	BA	201,6
13	MINA DE OURO FASE B	BA	GE 158-4.8MW	85	BA	408,0
14	MINA DE OURO PORTFÓLIO	BA	GE 158-4.8MW	75	BA	273,6
15	MULATO	BA	Vestas 150-4.2MW	100	BA	420,0
16	SANTAPAPE II	RN/PB	GE 158-4.8MW	45	RN/PB	216,0
17	SANTAPAPE IV	RN/PB	GE 158-4.8MW	62	RN/PB	297,6
18	TUPAMAMA	PE	GE 158-4.8MW	96	PE	460,8
Total				1.469		6.902,4

*Potência certificação AWS Mar/19 com atualização das potências dos Projetos 02 & 14 segundo estimativas da companhia

4. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL DAS SOCIEDADES QUE COMPÕEM O GRUPO RENOVA. APRESENTAÇÃO DE DOIS PLANOS

- 4.1. Diante da intrincada interligação financeira e operacional entre as sociedades que compõem o grupo econômico, a reestruturação das **Recuperandas** ocorrerá mediante a consolidação substancial entre elas.
- 4.2. A consolidação substancial entre as **Recuperandas**, além de representar benefício jurídico aos **Credores Concursais** (na medida em que todas as **Recuperandas** passam a ser solidariamente responsáveis por todos os pagamentos), se apresenta como requisito indispensável para a preservação das atividades do **Grupo Renova**, com todos os benefícios sociais e econômicos que advirão desta preservação.
- 4.3. Ocorre que, nos autos da **Recuperação Judicial**, o credor BNDES se insurgiu contra a consolidação substancial de todo o Grupo Renova, pugnando pela segregação das sociedades do **ASIII** que se consubstanciaram em *project finance* com contrato de financiamento específico com o BNDES. Ao decidir a matéria, o **Juízo da Recuperação** entendeu que deveria prevalecer a “justa expectativa” do BNDES, em razão da sua percepção quanto à autonomia e independência de certas sociedades do **ASIII** perante as demais sociedades do **Grupo Renova**.
- 4.4. Diante disso, o **Grupo Renova** requereu ao **Juízo da Recuperação** a apresentação de dois planos distintos: um para as 26 (vinte e seis) empresas que compõem o **ASIII** e outro para as demais empresas do Grupo Renova, e a consequente realização das duas Assembleias Gerais de Credores para sua respectiva deliberação. Tal matéria pendente ainda de decisão pelo **Juízo da Recuperação**, mas em atenção ao princípio da transparência, boa-fé e economia processual¹² o Grupo Renova já se antecipa e apresenta nos autos esses dois planos segregados.
- 4.5. Portanto, este plano é composto pelas sociedades que compõem o **ASIII** e que foram objeto do contrato de financiamento com o BNDES, enquanto as **Sociedades Consolidadas** são excluídas deste **Plano** e terão suas obrigações reestruturadas por meio de plano de recuperação judicial separado.

¹² Caso contrário, o Grupo Renova teria que realizar 61 (sessenta e uma) diferentes AGCs no âmbito particular de cada uma das sociedades, incluindo SPEs que não são dotadas de praticamente nenhum grau de autonomia jurídica. A realização de tais 61 (sessenta e uma) AGCs, além de ferir de morte o princípio da economia processual, geraria custo e aumentaria imensamente o trabalho da Administradora Judicial, criando graves distorções na decisão dos credores em relação ao destino dos projetos

5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

- 5.1. **Objetivo do Plano de Recuperação Judicial.** Este **Plano**, conjuntamente com o plano de recuperação judicial próprio das **Sociedades Consolidadas**, tem o objetivo de permitir ao **Grupo Renova** superar sua crise econômico-financeira, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos **Credores**, retomando fontes de recursos e formas viáveis de pagamento de seus **Créditos**.
- 5.2. **Síntese das Medidas de Recuperação.** O **Plano** prevê que as **Recuperandas** poderão utilizar os seguintes meios de recuperação: (i) reestruturação de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento dos **Créditos Concursais**; (ii) reorganização societária e de ativos das **Recuperandas**, inclusive com eventual aumento de capital social ou alienação de ativos; e (iii) outras medidas previstas no artigo 50 da **LFRJ** que sejam previstas no **Plano** e que venham a ser aprovadas pela **Assembleia de Credores**.
- 5.3. **Viabilidade Econômica do Plano.** A viabilidade econômico-financeira do **Plano** foi atestada pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda., conforme laudo apresentado em 17 de dezembro de 2019 e acostado às fls. 10.750/10.972 dos autos da **Recuperação Judicial** e que constitui parte integrante deste **Plano**, considerando que as condições econômicas do presente **Plano** não diferem das apresentadas no plano anterior.
- 5.4. **Observância da Capacidade de Pagamento.** O pagamento dos **Créditos** pela forma estabelecida no **Plano** observa a geração de caixa oriunda das operações das **Recuperandas**, bem como da alienação de ativos, e está em consonância com a sua capacidade de pagamento.

6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DE ATIVOS

- 6.1. Com o objetivo de permitir uma adequada implementação das medidas operacionais e financeiras previstas neste **Plano**, sobretudo com relação às propostas de pagamento, no melhor interesse dos **Credores**, as **Recuperandas** poderão adotar medidas de reorganização societária e de ativos, estando autorizadas, desde já, a (i) realizar operações de reorganização societária, dentre elas, fusão, cisão, aquisição, encerramento de filiais, incorporação, incorporação de ações e/ou ativos, ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo as **Recuperandas**, desde que observadas todas as disposições legais aplicáveis e desde que tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os **Credores**; e (ii) adquirir novos ativos ou estabelecer parcerias estratégicas.

- 6.2. As empresas que compõem o **ASIII**, exceto suas holdings Alto Sertão Participações S.A. e Diamantina Eólica Participações S.A. poderão ser cindidas ou incorporadas (integral ou parcialmente) em uma ou mais sociedades, de forma a simplificar a atual estrutura do projeto, permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal. Tal consolidação não afetará as garantias reais dos **Credores com Garantia Real** sobre essas sociedades, uma vez que as sociedades às quais serão incorporadas já têm suas próprias ações oneradas em favor de tais credores.
- 6.3. As incorporações e/ou consolidações mencionadas nos itens anteriores deverão ser precedidas de todas as autorizações regulatórias e legais que eventualmente se façam necessárias.

7. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

- 7.1. **Âmbito de aplicação do Plano.** O **Plano** se aplica a todos os **Créditos Concursais**, independentemente da classe de credores em que os **Créditos Concursais** se enquadrem, e governa todas as relações entre as **Recuperandas** e os **Credores Concursais**, substituindo todos os contratos e outros instrumentos que deram origem ou que regem os **Créditos Concursais**.
- 7.2. **Reestruturação dos Créditos Concursais.** O **Plano**, observado o disposto no art. 61 da Lei de Recuperação de Empresas, assim que homologado, implica em imediata novação de todos os **Créditos Concursais**, que serão pagos pelas **Recuperandas** exclusivamente nos prazos e formas estabelecidos no **Plano**. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, juros de mora, bem como quaisquer outras obrigações que sejam incompatíveis com as condições deste **Plano**, deixam de ser aplicáveis com relação aos **Créditos Concursais**
- 7.3. **Classificação dos Créditos Concursais.** Os **Credores Concursais** estão divididos, nos termos do art. 41 da **LFRJ**, entre as classes de credores indicadas a seguir. O pagamento dos **Credores Concursais** em cada classe de credores seguirá o disposto neste **Plano**.
- 7.3.1. **Forma de Pagamento.** Os valores devidos aos **Credores Concursais** nos termos deste **Plano** serão pagos por meio da transferência direta de recursos, mediante documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou outro meio equivalente, à conta bancária do respectivo **Credor** que consta atualmente dos registros internos das **Recuperandas**. Caso as **Recuperandas** não possuam tais dados bancários ou caso o **Credor** precise atualizá-los, ou caso queira receber os pagamentos previstos neste **Plano** em conta bancária de terceiros, o **Credor** deverá enviar tais dados exclusivamente por e-mail às **Recuperandas**, em até 30 (trinta) dias contados da **Data de Homologação**, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 15.11. Os eventuais pagamentos que não forem realizados ou que forem

realizados de forma incorreta ou tardia em razão da falta de informação dos dados referentes às contas bancárias pelos **Credores** no prazo e na forma prevista nesta Cláusula não serão considerados descumprimento ao **Plano**, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio das quantias aqui previstas.

- 7.4. **Duplicidade nas listas de credores das Recuperandas e das Sociedades Consolidadas.** Na hipótese de um mesmo **Credor** figurar na **Lista de Credores** das **Recuperandas** e na **Lista de Credores** das **Sociedades Consolidadas** em razão de créditos simultâneos decorrentes de dívida principal e de coobrigação (solidária ou não), incluindo a prestação de avais, fianças e/ou garantias reais ou pessoais de qualquer natureza, tal **Credor** deverá receber seus **Créditos Concursais** exclusivamente nos termos do plano de recuperação judicial de seu devedor principal, fazendo jus ao recebimento de pagamentos por parte de seu credor coobrigado apenas na hipótese de inadimplemento por parte de seu devedor principal. Em nenhuma hipótese qualquer **Credor** receberá, simultaneamente, os pagamentos devidos pelo presente **Plano** e pelo plano de recuperação judicial das **Sociedades Consolidadas**.
- 7.5. **Início dos prazos para pagamento.** Salvo se houver disposição legal ou previsão contrária no **Plano**, os prazos previstos para pagamento dos **Créditos Concursais**, bem como eventuais períodos de carência previstos no **Plano**, somente terão início a partir da **Data de Homologação**.
- 7.6. **Data do pagamento.** Os pagamentos dos **Créditos Concursais** serão realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos previstos no **Plano**. Salvo se houver previsão em contrário no **Plano**, os pagamentos devidos em um determinado mês deverão se realizar até o ultimo dia útil do referido mês. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação previstos no **Plano** cair em um dia que não seja um **Dia Útil**, sua data de vencimento será prorrogada para o **Dia Útil** seguinte.
- 7.7. **Compensação.** Os pagamentos devidos aos **Credores Concursais** em função do **Plano**, quando se tornarem exigíveis, poderão ser compensados com outros créditos eventualmente devidos às **Recuperandas** pelo respectivo **Credor Concursal**, devendo tal compensação respeitar os demais requisitos legais para tanto.
- 7.8. **Antecipação de pagamentos.** Além das hipóteses específicas previstas no **Plano**, as **Recuperandas** poderão antecipar o pagamento de quaisquer **Créditos Concursais**, com abatimento proporcional dos juros e encargos incidentes nos termos do **Plano**, desde que tais antecipações de pagamento sejam oferecidas em igualdade de condições a todos os **Credores Concursais** pertencentes à classe de credores cujo pagamento se pretende antecipar.
- 7.9. **Ausência do quadro geral de credores.** Considerando que ainda não foi consolidado o quadro geral de credores, os **Créditos Concursais** que sejam reconhecidos ou tornados líquidos por decisão judicial ou arbitral posterior à **Data do Pedido** ou à **Data de**

Homologação serão pagos exclusivamente nos termos do **Plano**. Sem prejuízo de as **Recuperandas** envidarem seus melhores esforços para habilitação de tais créditos, caberá aos **Credores Concursais** tomar todas as medidas necessárias para a devida inclusão do seu **Crédito Concursal** na **Lista de Credores**, conforme previsto na **LFRJ**. Os pagamentos que não forem realizados ou forem realizados tardiamente em razão de os **Credores** não terem realizado a inclusão do seu **Crédito Concursal** na **Lista de Credores** não serão considerados como descumprimento do **Plano**, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio.

7.10. **Alterações da Lista de Credores até a consolidação do quadro geral de credores.** As alterações da **Lista de Credores** que resultem na inclusão, majoração ou reclassificação de **Créditos Concursais**, inclusive decorrentes do julgamento de processos judiciais ou arbitrais em curso, serão regidas pelas disposições constantes das Cláusulas abaixo.

- 7.10.1. **Inclusão, Majoração ou Liquidação de novos Créditos Concursais.** Na hipótese de inclusão, majoração ou liquidação de novos **Créditos Concursais**, constantes ou não da **Lista de Credores**, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de acordo entre as partes homologado judicialmente, estes serão pagos na forma prevista no **Plano**. Os prazos de carência e pagamento dos **Créditos Concursais** que vierem a ser incluídos ou majorados começarão a contar a partir da data em que forem reconhecidos pelo **Juízo da Recuperação** e incluídos na **Lista de Credores**, ou, se a **Recuperação Judicial** já estiver encerrada, a partir do momento em que se tornarem líquidos, e seus titulares não terão direito aos pagamentos que já tiverem sido realizados em data anterior.
- 7.10.2. **Reclassificação de Créditos Concursais.** Na hipótese da reclassificação, total ou parcial, de **Créditos Concursais** constantes da **Lista de Credores** após o início dos pagamentos previstos no **Plano**, inclusive no âmbito de impugnação de crédito, o **Credor** cujo **Crédito Concursal** tenha sido reclassificado não fará jus aos pagamentos e às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior à sua reclassificação, e continuará a receber o saldo do seu **Crédito Concursal** na forma prevista pelo **Plano** para a classe de credores à qual foi reclassificado.
- 7.10.3. **Alterações na Lista de Credores.** Na hipótese de reclassificação, majoração ou inclusão de novos **Créditos Concursais** que ocasionem a alteração substancial do valor total dos **Créditos** de qualquer das classes de credores constantes da **Lista de Credores**, cada **Credor** integrante da respectiva classe de credores passará a fazer jus a um percentual do valor total a ser pago ou distribuído, conforme o caso, entre os **Credores Concursais** da mesma classe de credores, os quais terão seus percentuais de pagamento ou distribuição, conforme o caso, ajustados para comportar o pagamento ou distribuição, conforme o caso, proporcional do novo **Crédito Concursal**.

8. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

8.1. O pagamento dos **Créditos Concursais** será realizado a partir da **Data de Homologação**, com base na **Lista de Credores**, a ser ajustada conforme houver julgamento de impugnações ou habilitações de crédito pelo **Juízo da Recuperação**, e será realizado na forma das Cláusulas abaixo.

8.2. Credores Trabalhistas:

8.2.1. O pagamento dos **Créditos Trabalhistas** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.2.1.1. As **Recuperandas** pagarão em até 30 (trinta) dias da **Data de Homologação** os **Créditos** de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à **Data do Pedido**, limitado ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos, conforme previsto no artigo 54, parágrafo único, da **LFRJ**.

8.2.1.2. O pagamento integral dos **Créditos Trabalhistas**, deduzido o pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.1 acima, será realizado em até 12 (doze) meses contados da **Data de Homologação**.

8.2.1.3. **Pagamento inicial.** O montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago a cada **Credor Trabalhista**, limitado ao valor do respectivo **Crédito**, deduzido o pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.1 acima, em parcela única, em até 60 (sessenta) dias a contar da **Data de Homologação**.

8.2.1.3.1. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução, do **Crédito Trabalhista** original, do pagamento de verbas de natureza estritamente salarial já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.1 acima, e do pagamento inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) já realizado na forma da Cláusula 8.2.1.3 acima, e será pago em até 12 (doze) meses contados da **Data de Homologação**, reajustado pela variação do IPCA desde a **Data de Homologação**.

8.3. Credores com Garantia Real:

8.3.1. O pagamento dos **Créditos com Garantia Real** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.3.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

8.3.1.1.1. **Carência de Juros:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.3.1.1.2. **Correção Monetária: IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme divulgação pelo IBGE em seu site, na **Data de Homologação**, que será fixada até a quitação dos **Credores com Garantia Real**.

8.3.1.1.3. **Pagamentos durante a Carência de Juros:** a cada 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, sendo que, até o término do período da carência de juros, serão realizados pagamentos uniformes de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos entre os **Credores com Garantia Real** pro-rata conforme seus respectivos **Créditos**.

8.3.1.1.4. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas semestrais após o término do período de carência de juros.

8.3.1.2. **Principal:**

8.3.1.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.3.1.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada seis meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,25%	2,25%
Ano 4	2,25%	2,25%
Ano 5	2,25%	2,25%
Ano 6	2,25%	2,25%
Ano 7	2,25%	2,25%
Ano 8	2,25%	2,25%
Ano 9	2,25%	2,25%
Ano 10	2,25%	2,25%
Ano 11	2,25%	2,25%
Ano 12	9,85%	9,85%

Ano 13	9,85%	9,85%
Ano 14	9,85%	9,85%

8.4. Credores Quirografários:

8.4.1. O pagamento dos **Créditos Quirografários** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.4.1.1. **Pagamento inicial 1.** O montante de até R\$ 1.000,00 (mil reais) será pago integralmente, a cada **Credor Quirografário**, limitado ao valor do respectivo **Crédito Quirografário**, em até 90 (noventa) dias a contar da **Data de Homologação**, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.2. **Pagamento inicial 2.** O montante de até R\$ 1.000,00 (mil reais) será pago integralmente, a cada **Credor Quirografário**, limitado ao valor do respectivo **Crédito Quirografário** após o pagamento inicial descrito na Cláusula 8.4.1.1 acima, em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da **Data de Homologação**, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.3. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução, do **Crédito Quirografário** original, dos dois pagamentos iniciais já realizados nos termos das Cláusulas 8.4.1.1 e 8.4.1.2 acima, e será pago nos seguintes termos:

8.4.1.3.1. Juros e Correção Monetária:

8.4.1.3.1.1. **Carência de Juros:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.4.1.3.1.2. **Taxa:** 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano).

8.4.1.3.1.3. **Correção Monetária:** TR.

8.4.1.3.1.4. **Pagamentos durante a Carência de Juros:** a cada 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, até o término do período da carência de juros, serão realizados pagamentos uniformes de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos entre os **Credores Quirografários pro-rata** conforme seus respectivos **Créditos Quirografários**.

8.4.1.3.1.5. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas trimestrais após o término do período de carência de juros.

8.4.1.3.2. **Principal:**

8.4.1.3.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.4.1.3.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 48 (quarenta e oito) parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.5. **Credores ME/EPP:**

8.5.1. O pagamento dos **Créditos ME/EPP** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.5.1.1. **Pagamento inicial.** O montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago a cada **Credor** que detenha **Créditos ME/EPP**, limitado ao valor do respectivo **Crédito**, em parcela única, em até 90 (noventa) dias a contar da **Data de Homologação**.

8.5.1.2. O saldo remanescente, quando existente, será apurado através da dedução de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do **Crédito** original de cada credor que detenha **Créditos Micro e Pequenas Empresas**, e será pago em até 6 (seis) meses contados da **Data de Homologação**, reajustado pela variação do **CDI** desde a **Data de Homologação**.

8.6. **Credores Essenciais Fundiários:**

8.6.1. O pagamento dos **Credores Essenciais Fundiários** observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.6.1.1. **Juros e Correção Monetária:**

8.6.1.1.1. **Carência de Juros:** 3 (três) meses a contar da **Data de Homologação**, com juros capitalizados ao principal durante o período.

8.6.1.1.2. **Taxa:** 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano)

8.6.1.1.3. **Correção Monetária:** TR.

8.6.1.1.4. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor capitalizado serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros.

8.6.1.2. **Principal:**

8.6.1.2.1. **Carência de Principal:** 3 (três) meses a contar da **Data de Homologação**.

8.6.1.2.2. **Amortização:** o principal capitalizado será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

8.7. **Credores Investidores DIP:**

8.7.1. Os **Credores Investidores DIP**, sem prejuízo de receberem o saldo de seus **Créditos Concursais** na forma prevista para a respectiva classe de credores em que se enquadrem, terão direito ao recebimento de parte de seus **Créditos Concursais** de forma acelerada, nas condições abaixo.

8.7.1.1. **Parcela a acelerar:**

8.7.1.1.1. A parcela dos **Créditos Concursais** a ser paga de forma acelerada será equivalente a 10% (dez por cento) do valor total que vier a ser desembolsado em favor das **Recuperandas** no **Empréstimo DIP** realizado pelo respectivo **Credor Investidor DIP**, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do seu **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor DIP**.

8.7.1.2. **Principal:**

8.7.1.2.1. **Amortização:** A parcela a ser acelerada será paga em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no 27º (vigésimo sétimo) mês contado da **Data de Homologação**, e as demais a cada três meses.

8.7.1.3. **Juros e Correção Monetária:** serão capitalizados junto ao principal durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da **Data de Homologação**, e pagos em 16 (dezesseis) parcelas trimestrais junto com o pagamento do principal, devendo ser aplicadas as mesmas taxas de juros e correção monetárias previstas nesse **Plano** para a classe de credores em que se enquadrar o **Crédito Concursal** do respectivo **Credor Investidor DIP**.

9. DISPOSIÇÕES RELACIONADAS À ALIENAÇÃO DE UPIS DO PLANO DAS SOCIEDADES CONSOLIDADAS

9.1. Os recursos oriundos da alienação da **UPI Brasil PCH**, conforme restar aprovado no plano de recuperação judicial das **Sociedades Consolidadas**, poderão ser total ou parcialmente utilizados para a quitação de saldos devedores de **Empréstimos DIP** cujos recursos tenham sido aplicados na finalização do **ASIII**.

9.1.1. Eventual saldo remanescente após a quitação dos **Empréstimos DIP** poderá ser aplicado para a finalização do **ASIII** e para o pagamento de despesas do **ASIII**, conforme necessidade.

9.2. Conforme restar disposto no plano de recuperação judicial das **Sociedades Consolidadas**, os **Credores Partes Relacionadas CEMIG** e **Credores CGII** substituirão as suas garantias fiduciárias sobre determinados ativos das **Recuperandas** pela de parte dos dividendos de sociedades que compõem o **ASIII**, após a quitação dos **Credores com Garantia Real**, e pelo sobejo da eventual venda do **ASIII**, respeitando-se os direitos dos demais Credores sobre tais valores.

10. EMPRÉSTIMOS DIP E DISPOSIÇÕES RELACIONADAS

10.1. A fim de reforçar o seu caixa e financiar as suas operações, as **Recuperandas** poderão contratar os seguintes **Empréstimos DIP**:

10.1.1. Um ou mais **Empréstimos DIP** no valor de até R\$ 50 Milhões, sem destinação específica dos recursos;

10.1.2. Um ou mais **Empréstimos DIP** com a finalidade específica de financiamento do **ASIII**, os quais deverão apresentar as seguintes características:

10.1.2.1. **Valor**: valor mínimo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e valor máximo de R\$ 351.000.000,00 (trezentos e cinquenta e um milhões de reais).

10.1.2.2. **Destinação de recursos**: CAPEX para finalização do **ASIII**, despesas operacionais do **Grupo Renova** e OPEX.

10.1.2.3. **Premissas de Pagamento**:

10.1.2.3.1. **Juros e Correção Monetária**:

10.1.2.3.1.1. **Carência de Juros:** 7 (sete) meses a contar da **Data de Homologação**, sendo que durante tal período os juros serão capitalizados junto ao principal.

10.1.2.3.1.2. **Juros e Correção Monetária:** a serem negociados pelas **Recuperandas** dentro de parâmetros de mercado para operações similares com empresas em recuperação judicial.

10.1.2.3.1.3. **Pagamentos de Juros:** Os juros sobre o saldo devedor serão pagos em parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte após o término da carência de juros.

10.1.2.3.2. **Principal:**

10.1.2.3.2.1. **Carência de Principal:** 24 (vinte e quatro) meses a contar da **Data de Homologação**.

10.1.2.3.2.2. **Amortização:** o principal será pago em uma única parcela após o término da carência de principal.

10.2. Na hipótese de o **Grupo Renova** receber recursos de **Empréstimo DIP** para o financiamento do **ASIII**, os **Credores** que detenham garantias relacionadas à Chipley SP Participações S.A. deverão subordiná-las ao investidor que conceder o referido **Empréstimo DIP**, até que ocorra a alienação da **UPI Brasil PCH**, conforme o que restar previsto no plano de recuperação judicial das **Sociedades Consolidadas**.

10.2.1.

10.3. Em qualquer hipótese, o prosseguimento das obras relacionadas ao **ASIII** será acompanhado pelo **Engenheiro de Acompanhamento**, o qual, além de reportar imediatamente qualquer informação que entenda ser relevante aos **Credores**, deverá elaborar relatórios de acompanhamento em periodicidade mínima trimestral, devendo tais relatórios ser disponibilizados publicamente no sítio eletrônico do **Grupo Renova**, além de serem fornecidos ao **Administrador Judicial**, enquanto durar a **Recuperação Judicial**.

11. CRÉDITOS PARTES RELACIONADAS.

11.1. Os **Créditos Concursais** detidos por **Partes Relacionadas** serão pagos em parcela única, a depender da capacidade de caixa das **Recuperandas**, em até 30 (trinta) dias após a quitação integral de todos os outros **Créditos Concursais**.

11.1.1. Durante esse período, a contar da **Data de Homologação**, serão incorridos juros e correção monetária de acordo com 100% (cem por cento) da variação do **CDI**.

11.2. Os **Credores Extraconcursais** que sejam também **Partes Relacionadas**, terão a opção de receber o saldo de seus **Créditos Extraconcursais** no âmbito do **Plano**, situação em que receberão o saldo de suas dívidas na forma da Cláusula 11.1 acima.

12. CONVERSÃO DE DÍVIDAS EM CAPITAL.

12.1. Conforme retsar autorizado pelo plano de recuperação judicial das **Sociedades Consolidadas**, todos os **Credores Concursais** e **Credores Extraconcursais**, poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus **Créditos**, que tenham fato gerador anterior à **Data do Pedido**, em capital social da Renova Energia, nas seguintes condições:

12.1.1. A primeira opção pela conversão dos **Créditos** em capital social da Renova S.A. poderá ser feita em até 120 (cento e vinte) dias da **Data de Homologação**.

12.1.2. No 12º (décimo segundo), 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses contados da **Data de Homologação**, os **Credores** que tenham interesse poderão solicitar nova conversão parcial ou total do saldo de seus respectivos **Créditos** em capital da Renova Energia.

12.1.3. A conversão em ações deverá respeitar os direitos de preferência dos atuais acionistas, as demais condições previstas no estatuto da Renova Energia, e a legislação em vigor. O preço de conversão será definido posteriormente respeitados os ritos de governança da Renova Energia.

13. PRÊMIO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

13.1. Na hipótese da **Renova** liquidar antecipadamente total ou parcialmente obrigações previstas no **Plano**, os seguintes critérios de liquidação antecipada se aplicarão aos **Créditos com Garantia Real**, **Créditos Quirografários** e **Créditos ME/EPP**:

13.1.1. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente durante os primeiros 12 (doze) meses após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,30 (um real e trinta centavos).

- 13.1.2. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 13º (décimo terceiro) mês e 24º (vigésimo quarto) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos).
- 13.1.3. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 25º (vigésimo quinto) mês e 36º (trigésimo sexto) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,20 (um real e vinte centavos).
- 13.1.4. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 37º (trigésimo sétimo) mês e 48º (quadragésimo oitavo) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,15 (um real e quinze centavos).
- 13.1.5. Para cada R\$ 1,00 (um real) liquidado antecipadamente entre o 49º (quadragésimo nono) mês e 60º (sexagésimo) mês após a **Data de Homologação**, serão quitadas dívidas equivalentes a R\$ 1,10 (um real e dez centavos).

14. EFEITOS DO PLANO

- 14.1. **Vinculação do Plano.** As disposições do **Plano** vinculam as **Recuperandas** e seus **Credores Concursais e Credores Extraconcursais**, e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da **Data de Homologação**.
- 14.2. **Extinção de processos judiciais ou arbitrais.** Exceto se previsto de forma diversa no **Plano**, os **Credores Concursais** não mais poderão, a partir da **Data de Homologação**, (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo relacionado a qualquer **Crédito Concursal** contra as **Recuperandas**; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as **Recuperandas**, relacionada a qualquer **Crédito Concursal**; (iii) penhorar quaisquer bens das **Recuperandas**, para satisfazer seus **Créditos Concursais**; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos das **Recuperandas**, para assegurar o pagamento de seus **Créditos Concursais**, com exceção do quanto previsto no **Plano**; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às **Recuperandas**, com seus **Créditos Concursais**; e (vi) buscar a satisfação de seus **Créditos Concursais** por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso contra as **Recuperandas**, relativas aos **Créditos Concursais** serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas, sendo que cada parte arcará com as respectivas custas e despesas processuais que tiver incorrido, e com os honorários advocatícios dos seus respectivos advogados.
- 14.3. **Cancelamento de protestos.** A **Homologação Judicial do Plano** acarretará o cancelamento de todo e qualquer protesto junto a Cartórios de Títulos e Documentos que tenha origem em **Crédito Concursal**, bem como na exclusão definitiva do nome das **Recuperandas** nos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de **Crédito Concursal**.

- 14.4. **Garantias, Coobrigados e Garantidores.** Com a **Homologação Judicial do Plano**, as garantias reais e fiduciárias serão mantidas nos termos originalmente contratados. Serão suspensas, apenas com autorização expressa e por escrito do respectivo **Credor**, (i) a exigibilidade dos créditos contra coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores; (ii) as eventuais demandas em curso; e (iii) o prazo prescricional relativo às demandas (não ajuizadas ou em curso), até a retomada da exigibilidade ou extinção.
- 14.5. Após a realização do pagamento dos **Créditos Concursais** nos termos previstos no **Plano**, ficarão automaticamente resolvidas as garantias, fianças, avais e obrigações solidárias anteriormente constituídas. Da mesma forma, todas as demandas eventualmente ajuizadas que versarem sobre obrigações quitadas nos termos desse **Plano** serão automaticamente extintas, sem ônus para as partes.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. **Créditos Ilíquidos, controversos e retardatários.** Todos os **Créditos Concursais** que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente ao pedido da **Recuperação Judicial**, ainda que não vencidos, não habilitados na **Lista de Credores** ou que sejam objeto de disputa judicial, incluindo a majoração de valores decorrentes do trânsito em julgado de decisões proferidas nos incidentes de Impugnações ou Habilitações de Crédito ou procedimento arbitral em andamento, também são novados por este **Plano**, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste **Plano** e da **Recuperação Judicial**, nos termos do artigo 49, *caput*, da **LFRJ**, de forma que, se aplicável, o saldo credor a ser liquidado estará sujeito aos deságios, prazos, termos e condições previstos no presente **Plano**, devendo ser pago nas condições previstas neste **Plano** após a devida inclusão de tais créditos na **Lista de Credores**.
- 15.2. **Anuência dos Credores.** Os **Credores Concursais** e os **Credores Extraconcursais** têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus **Créditos** são alterados por este **Plano**. Os **Credores Concursais** e os **Credores Extraconcursais**, no exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos neste **Plano**.
- 15.3. **Dividendos.** Enquanto as obrigações previstas neste **Plano** não forem cumpridas em sua integralidade, nenhum dividendo poderá ser distribuído por qualquer das **Recuperandas** a seus acionistas (Art. 52, parágrafo terceiro do **Estatuto Social da Renova Energia e observado o disposto no art. 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A.**), ficando permitida apenas a distribuição de dividendos entre **Recuperandas** e (ii) as distribuições de dividendos determinadas no **Instrumento AF Enerbrás**.
- 15.4. **Quitação.** O integral pagamento realizado na forma estabelecida neste **Plano** acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os **Créditos Concursais** de qualquer

tipo e natureza contra as **Recuperandas**, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os **Credores** terão quitado, liberado e/ou renunciado a todos e quaisquer **Créditos Concursais**, e não mais poderão reclamá-los, contra as **Recuperandas**. A quitação dos **Créditos Extraconcursais** se dará na forma explicitada nos respectivos instrumentos de adesão.

- 15.5. **Pagamento Máximo.** Os **Credores Concursais** não receberão das **Recuperandas**, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido neste **Plano** para pagamento de seus **Créditos Concursais**.
- 15.6. **Créditos devidos ao Administrador Judicial.** Os créditos devidos ao Administrador Judicial, seu perito e os devidos aos assessores jurídicos e financeiros das **Recuperandas** são, conforme definido pela **LFRJ**, extraconcursais e não sujeitos à **Recuperação Judicial**.
- 15.7. **Empréstimos entre ASIII e Sociedades Consolidadas.** Na hipótese de o **Grupo Renova** entender aplicável e, desde que tal medida não comprometa o cumprimento das obrigações assumidas pelo **ASIII** neste **Plano**, as sociedades do **ASIII** poderão conceder empréstimos às **Sociedades Consolidadas** e/ou fazer movimentação de recursos, entre as sociedades do **ASIII** e as **Sociedades Consolidadas**, que sejam necessárias para condução das atividades das **Sociedades Consolidadas**, dispensada a necessidade de aprovação prévia específica em **Assembleia Geral de Credores**.
 - 15.7.1. A concessão de empréstimos e/ou movimentação de recursos às **Sociedades Consolidadas** prevista na Cláusula 15.7 acima apenas ocorrerão após a homologação judicial deste **Plano** e do plano de recuperação judicial das **Sociedades Consolidadas**.
- 15.8. **Disposições do Plano.** Na hipótese de qualquer termo, cláusula ou disposição deste **Plano** ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, todos os demais termos, cláusulas e disposições permanecerão válidos, eficazes e exigíveis, desde que não alterem a estrutura de pagamento dos **Créditos** prevista neste **Plano** nem inviabilizem a capacidade de recuperação do **Grupo Renova**.
- 15.9. **Aditamentos, alterações ou modificações do Plano.** Aditamentos, alterações ou modificações ao **Plano** podem ser propostos a qualquer tempo após a **Data de Homologação**, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelas **Recuperandas** e aprovadas pela **Assembleia de Credores**, nos termos da **LFRJ**.
- 15.10. **Equivalência econômica no cumprimento do Plano.** Na hipótese de qualquer das operações previstas no **Plano** que não envolva pagamento em dinheiro aos **Credores Concursais** não ser possível de ser implementada pelas **Recuperandas** para qualquer **Credor Concursal**, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões regulamentares, as **Recuperandas** adotarão, em prazo que não exceda mais de 15 (quinze) dias úteis do prazo de cumprimento da obrigação original prevista no **Plano**, as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os **Credores Concursais**, ocasião em que não se considerará

o **Plano** como descumprido, desde que haja concordância dos **Credores** afetados com a solução proposta.

- 15.11. **Anexos.** Todos os anexos a este **Plano** são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano.
- 15.12. **Comunicações.** Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações às **Recuperandas** requeridas ou permitidas por este **Plano**, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

At.: Diretor Presidente

Endereço: Av. Roque Petroni Júnior, 850 - 14º andar, parte 1, Torre Jaceru

Jardim das Acacias

São Paulo - SP, 04707-000

E-mail: rj@renovaenergia.com.br

16. CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES

- 16.1. **Cessão de Créditos.** Os **Credores** poderão ceder seus **Créditos** a outros **Credores** e a terceiros, e a cessão produzirá efeitos à **Recuperandas**, desde que devidamente notificadas.
- 16.2. **Sub-Rogações.** **Créditos Concursais** relativos ao direito de regresso contra as **Recuperandas**, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de créditos e/ou obrigações de qualquer natureza existentes, na **Data do Pedido de Recuperação Judicial**, contra as **Recuperandas**, serão pagos nos termos estabelecidos neste **Plano** para os referidos **Credores**.

17. LEI E FORO

- 17.1. **Lei Aplicável.** Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste **Plano** deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.
- 17.2. **Eleição de Foro.** Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este **Plano** e aos **Créditos Concursais** serão resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de **Recuperação Judicial**; e (ii) pelo Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro

por mais privilegiado que seja, após o encerramento do processo de **Recuperação Judicial**.

- 17.3. O **Plano** é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos das **Recuperandas**.

São Paulo, 06 de julho de 2020.

MARCELO JOSÉ
MILLIET:03861
342863

Assinado de forma digital
por MARCELO JOSÉ
MILLIET:03861342863
Dados: 2020.07.06
15:28:18 -03'00'

GUSTAVO
HENRIQUE
SIMOES DOS
SANTOS

Assinado de forma
digital por GUSTAVO
HENRIQUE SIMOES DOS
SANTOS
Dados: 2020.07.06
15:13:46 -03'00'

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial

EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial

CE VAQUETA S.A. em recuperação judicial

CE ABIL S.A. em recuperação judicial

CE ACÁCIA S.A. em recuperação judicial

CE ANGICO S.A. em recuperação judicial

CE FOLHA DA SERRA S.A. em recuperação judicial

CE JABUTICABA S.A. em recuperação judicial

CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. em recuperação judicial

CE TABOQUINHA S.A. em recuperação judicial

CE TABUA S.A. em recuperação judicial

CE SÃO SALVADOR S.A. em recuperação judicial

CE PAU D'ÁGUA S.A. em recuperação judicial

CE MANINEIRO S.A. em recuperação judicial

CE UMBUZEIRO S.A. em recuperação judicial

CE CEDRO S.A. em recuperação judicial

CE VELLOZIA S.A. em recuperação judicial

CE ANGELIM S.A. em recuperação judicial

CE FACHEIO S.A. em recuperação judicial

CE SABIU S.A. em recuperação judicial

CE BARBATIMÃO S.A. em recuperação judicial

CE JUAZEIRO S.A. em recuperação judicial

CE JATAÍ S.A. em recuperação judicial

CE IMBURANA MACHO S.A. em recuperação judicial

CE AMESCLA S.A. em recuperação judicial

CE UNHA D'ANTA S.A. em recuperação judicial